

## **Ementas dos Grupos de Trabalhos para o XX Congresso Nacional do CONPEDI/UFES**

### **1. ACESSO A JUSTIÇA**

Discute trabalhos que tenham por objeto o sistema judiciário (Poder Judiciário e funções essenciais à administração da Justiça) e a prestação jurisdicional, suas avaliações e tendências, bem como atividades legislativas e executivas voltadas à consecução de políticas públicas para o Sistema Judiciário Brasileiro. Temas como acesso e efetividade da justiça, tecnologia, administração, gestão, responsabilidade, discricionariedade, judicialização, politização, transparência, legitimidade, seleção e controle com foco na justiça, no sistema judiciário e seus agentes são prioritários.

### **2. BIODIREITO**

Bioética, biodireito e biossegurança. Direitos humanos e bioética. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Estudo crítico reflexivo dos direitos humanos fundamentais à vida e à saúde e suas repercussões sócio-jurídicas. Aspectos legais da Bioética. O paciente face à bioética e ao biodireito: direitos e vulnerabilidade; Direito à imagem. Implantes e transplantes. Tanatologia, Eutanásia e Pena de Morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia Genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e doação temporária do útero. Reprodução assistida: Inseminação e fertilização artificial. Doação voluntária e compulsória de órgãos. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde e do Direito. Aspectos jurídicos e biológicos do planejamento familiar e limitação da natalidade. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos.

### **3. CULTURA JURIDICA E PRÁTICA JUDICIÁRIA**

O grupo tem o objetivo constituir um espaço de discussão voltado à observação das práticas judiciárias inseridas nas diversas culturas jurídicas e seus possíveis contrastes. Serão privilegiados os trabalhos que tenham como base de dados a observação empírica, produto de trabalho de campo, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. Serão privilegiados também os trabalhos que tenham o objetivo de explicitar as diversas representações de institutos jurídicos estrangeiros em sistemas jurídicos diversos. A proposta se justifica tendo em vista a exigência de pesquisa empírica no campo do direito brasileiro para que esta se enquadre às características exigidas pelos padrões acadêmicos atuais.

### **4. DIREITO AMBIENTAL**

Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro. Bens ambientais. Patrimônio genético. Meio ambiente cultural. Meio ambiente digital. Meio ambiente artificial. Meio ambiente do trabalho. Meio ambiente natural. Direito ambiental tributário. Tutela jurídica da energia vinculada ao direito ambiental brasileiro (Direito da Energia). Direito Processual Ambiental. Direito Criminal Ambiental. Licenciamento no direito ambiental brasileiro. Tutela jurídica do ecoturismo no direito ambiental brasileiro. Agropecuária sustentável em face do direito ambiental brasileiro.

### **5. DIREITO DE FAMÍLIA**

Direito Constitucional e Direito de Família: da constitucionalização do Direito de Família. Dos fundamentos do modelo do Direito de Família atual. Da evolução e análise do conceito de família, mormente no Brasil. Dos princípios – constitucionais e infra-constitucionais – que devem ser observados no âmbito do Direito de Família. Das famílias e os aspectos patrimoniais. Direito parental. Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Da responsabilidade civil no Direito de Família. Das questões jurídicas e processuais pertinentes ao Direito de Família.

## **6. DIREITO DO TRABALHO**

Flexibilização das Relações laborais. Meio ambiente do trabalho. Assédio moral nas relações de trabalho. Globalização e o Direito do Trabalho. Cooperativas de trabalho e Terceirização. Contrato por prazo determinado e trabalho temporário. Direito tutelar e trabalho das PPDs. Relação de emprego e contrato de trabalho. Negociações coletivas.

## **7. DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Princípios. Reforma do Estado. Consensualidade. Administração Pública Direta e Indireta. Gestão Pública e Direito. Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Discricionariedade e Arbitrariedade. Modernização da Administração Pública. Ética e Corrupção. Administração Pública e Globalização Econômica.

## **8. DIREITO E ECONOMIA**

Os custos de um litígio. A insegurança jurídica e as oportunidades de investimento. O custo econômico da morosidade do Poder Judiciário. O impacto das divergências das decisões judiciais sobre os agentes econômicos. As vantagens e desvantagens de acordos entre as partes. Os riscos dos recursos processuais. O abuso do poder econômico. O ganho econômico e financeiro dos bancos que retardam o cumprimento das sentenças mediante recursos. Os honorários de advogados como indenização à parte vitoriosa.

## **9. DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS**

Direito da informática, Informática jurídica, internet e redes sociais, Sociedade informacional, Democracia e Tecnologia, Mundo do Trabalho na Sociedade Informacional, Governo Eletrônico, Segurança da Informação, Crimes de Informática, inteligência artificial e sistemas especialistas legais.

## **10. DIREITO E SUSTENTABILIDADE**

Pós-modernidade, globalização e universalização dos direitos humanos e sua repercussão na modificação fática e compreensiva das realidades social, econômica e jurídica. Imprescindibilidade de que tais realidades - agora tratadas como fenômeno único - recebam exame científico multidisciplinar, com a necessária revisitação conceitual e dinâmica de tradicionais institutos do Direito. Novo contexto que exige ampliação da noção de sustentabilidade para outros segmentos, além da questão ambiental sendo associada ao tripé: meio ambiente, transformação econômica e impactos sociais. Responsabilidade da empresa e funcionalização do direito. Justiça e Eficiência: a performance do Poder Judiciário e a crise do eficientismo.

## **11. DIREITO ELEITORAL\***

Os sistemas eleitorais no mundo democrático, com ênfase na participação direta da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas. A Justiça Eleitoral. Os Partidos Políticos no mundo contemporâneo. Sua avaliação enquanto instrumentos da identificação, encaminhamento e aprovação pelo sistema político, das demandas sociais.

## **12. DIREITO EMPRESARIAL**

Dicotomia entre a autonomia privada e a interferência do Estado Democrático de Direito na criação, interpretação e aplicação: da Teoria Geral do Direito Empresarial; do Direito Societário; do Direito Cambial e da regulação dos valores mobiliários no Mercado Financeiro; do Direito Negocial na atuação empresarial; do Direito Falimentar e da Recuperação de Empresas.

### **13. DIREITO INTERNACIONAL**

Direito Internacional Público; Direito Internacional Privado; Direito Internacional do Comércio e blocos econômicos; Direito Internacional dos Direitos Humanos: Globalização, relações internacionais e Direito; Aspectos transnacionais e transnormativos do Direito; teoria do Direito Internacional; cooperação jurídica internacional; América Latina entre a cooperação e a integração; Direito dos tratados; aspectos da negociação e contração internacionais; Direito Internacional processual; O Direito Internacional entre a fragmentação e o pluralismo jurídico; tribunais internacionais e sua jurisdição; sujeitos e novos atores do direito internacional; aspectos sobre os princípios e fontes do Direito Internacional em suas mais variadas ramificações; Direito Internacional do meio ambiente; Direito Penal Internacional e sua construção jurisprudencial; Direito comunitário e da integração do Mercosul; análise jurisprudencial dos tribunais superiores em matéria de Direito Internacional.

### **14. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Histórico dos Direitos Humanos e suas Dimensões. Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos. Tratados e Convenções Internacionais. Sistema Global e Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos. Sistema Interamericano: processo e jurisdição. A Dignidade Humana e os Direitos Humanos como processo. Universalismo e o Interculturalismo dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Constituição. Eficácia e Violação dos Direitos Humanos Instrumentos Judiciais e Não Judiciais de Defesa dos Direitos Humanos.

### **15. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA**

Direito penal e criminologia. autonomia e interface. compreensão e visualização das estruturas e organizações funcionais. principais visões sobre o relativismo cultural dogmático e o positivismo estatal: crises e paradoxos em face da contemporaneidade. o criticismo criminológico. a questão em aberto do culturalismo penal. tradições, assimilação e o fenômeno da aculturação em face do direito penal estrangeiro. a diversidade cultural antropológica na gênese do fenômeno criminológico. a compreensão biocultural do homem criminoso e do direito enquanto construção simbólica. direito, pena e construção de valores. senso crítico e analítico no estudo das ações individuais e coletivas pela criminologia e pelo direito penal. a identidade criminológica. as principais características do direito penal enquanto poder. o direito penal etnocentrista.

### **16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PASSADO, REFORMAS E CONTEMPORANEIDADE\***

A crise do sistema judiciário: morosidade decisória, os custos do processo judicial, os limites ao acesso à justiça. Esforços recentes destinados à contemporaneidade do sistema processual civil: reformas processuais, criação de varas especializadas, o conselho nacional de justiça. Novos desafios: a especialização de julgadores em face à complexidade dos negócios; recursos informais enquanto instrumentos para a celeridade e transparência do processo judicial, mecanismos extrajudiciais.

### **17. DIREITO TRIBUTÁRIO**

Atividade financeira do Estado: opções políticas. Princípios da Tributação. Tributação e isonomia: a questão da capacidade contributiva. Tributação e cidadania. O sistema tributário nacional. As tensões nas relações entre o fisco e os contribuintes. O Contencioso Administrativo Tributário. As renúncias tributárias e a LRF. Responsabilidade tributária e a execução fiscal. A evasão e o planejamento tributário.

Garantias e privilégios do crédito tributário. As Imunidades Tributárias.

## **18. DIREITO, ARTE E LITERATURA**

Conhecimento jurídico e interdisciplinaridade. Narrativas literárias, narrativas artísticas e o Direito. Representações da justiça nas artes e na literatura. Direito e cinema. Direito e literatura. Direito e artes plásticas.

## **19. DIREITO, EDUCAÇÃO, ENSINO E METODOLOGIA JURÍDICOS**

Educação Jurídica no Brasil e seus paradigmas de conhecimento. História do Ensino do Direito. Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Multi, Inter e Transdisciplinaridade. Função Social da Educação Jurídica. Projeto Pedagógico dos Cursos de Direito. Diretrizes Curriculares: disciplinas, atividades complementares, núcleo de prática jurídica e trabalho de conclusão de curso. Perfil do Egresso: competências e habilidades. Críticas contemporâneas à Educação Jurídica brasileira. Corpo Docente e Formação Docente. Corpo Discente. Pedagogia, Didática e Metodologia na Educação Jurídica. Desafios à Educação Jurídica no século XXI. A teoria do conhecimento e métodos aplicados na pesquisa do Direito. As diferentes abordagens metodológicas e marcos teórico aplicados na pesquisa do Direito.

## **20. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

Teoria dos direitos fundamentais/efetividade dos direitos fundamentais/garantias fundamentais/colisão de direitos fundamentais/ direitos sociais e economia/novos direitos fundamentais/regime político democrático/ democracia e pluralismo político/ democracia substancial e democracia formal/democracia e fins do estado/sistema democrático e reforma política/democracia e cidadania/democracia e participação.

## **21. DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Estudos conceituais e/ou relatos de experiências no contexto brasileiro e/ ou internacional, que focalizem a concretização de direitos fundamentais sociais, mediante políticas públicas, com alicerces na Constituição da República e em documentos internacionais. A responsabilidade compartilhada: o ente governamental e a sociedade como protagonista da efetividade dos Direitos Sociais, precipuamente na definição, acompanhamento e avaliação de resultados de políticas públicas alusivas aos direitos sociais: desafios e perspectivas

## **22. FILOSOFIA DO DIREITO**

Filosofia do Direito receberá artigos que contemplem assuntos como:

Panorama histórico da filosofia do direito. Humanismo jurídico. Juspositivismo e jusnaturalismo. Direito e justiça. Direito e ideologia. Direito e fraternidade. Direito e linguagem. O direito e suas principais correntes com seus expoentes e direcionamentos para o pensamento jurídico contemporâneo. Hermenêutica e os sentidos das normas jurídicas. Visão crítica do Direito. Conhecimento extra-lógico do direito. Filosofia do direito aplicada ao diversos ramos do direito. A Filosofia do direito no Brasil. A função promocional do direito. Estudo das dimensões éticas e políticas do direito. Tendências filosóficas atuais em filosofia do direito.

## **23. HERMENÊUTICA**

As várias hermenêuticas e sua doutrina. A hermenêutica filosófica e sua doutrina. A hermenêutica jurídica e sua doutrina. A hermenêutica constitucional e sua doutrina. A crítica hodierna e sua doutrina. Parâmetros atuais do debate. Tendências e jurisprudência.

## **24. HISTÓRIA DO DIREITO**

O direito e a sociedade na antiguidade, na idade média e na idade moderna. direito e história: uma relação articulada pela produção de memória. a construção do pensamento jurídico no Brasil colônia, império e república

## **25. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA**

1. Fundamentos teóricos internacionais e nacionais que estão a justificar epistemológica, filosófica, política e juridicamente a necessidade de acesso à informação sobre os documentos relacionados às lutas políticas ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985; 2. Marcos normativos (Tratados, Pactos, Acordos, Leis, etc.) internacionais e nacionais sobre os temas que se relacionem às lutas políticas em geral, e em especial das ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985; 3. Práticas e experiências, internacionais e nacionais, de coleta e análise de documentos atinentes a regimes de exceção e, no particular, relacionadas às lutas políticas ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985, dando ênfase às situações locais regionais; 4. Fundamentos teóricos internacionais e nacionais que estão a justificar epistemológica, filosófica, política e juridicamente a importância da constituição de compreensões qualificadas e críticas por parte da Sociedade Civil e mesmo das instituições públicas e privadas da República Democrática brasileira hodierna, relacionadas às lutas políticas ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985; 5. Marcos normativos (Tratados, Pactos, Acordos, Leis, etc.) internacionais e nacionais sobre os temas que se relacionem à Memória das lutas políticas em geral, e em especial das ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985, bem como experiências regionais e locais; 6. Práticas e experiências, internacionais e nacionais, constitutivas de memoriais relacionados a regimes de exceção e, no particular, relacionadas às lutas políticas ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985, dando ênfase às particularidades locais e regionais; 7. Fundamentos teóricos internacionais e nacionais que estão a justificar epistemológica, filosófica, política e juridicamente a importância da Justiça de Transição sobre regimes de exceção em geral, e no particular, relacionada às lutas políticas ocorridas no Brasil entre 1964 e 1985; 8. Práticas e experiências internacionais e nacionais relacionadas à Justiça de Transição; 9. Análise, a partir de arquivos públicos e privados envolvendo documentos, fatos e atos atinentes à morte, seqüestro, desaparecimento e tortura de pessoas no regime militar brasileiro, quais os enquadramentos jurídicos internacionais e nacionais (reparatórios, criminais, de responsabilidade) passíveis de serem formatados em cada caso.

## **26. JUSTIÇA TRANSNACIONAL\***

A verdade, justiça e rejeição à impunidade em todos os níveis, como elementos formadores da justiça transnacional. O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional. Conflito de Jurisdição, cooperação judiciária e execução de sentenças estrangeiras. Justiça transnacional e a Soberania dos Estados. A justiça transnacional e os processos de integração. A justiça transnacional enquanto limite ético ao exercício do poder governamental. A ética como substractum da civilização democrática e instrumentos eficaz de toda ordem ao arbítrio do poder.

## **27. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Mediação judicial (projeto de Código de Processo Civil) e extrajudicial (experiências brasileiras). Conciliação judicial (sistema vigente e projeto de Código de Processo Civil) e extrajudicial (comissões de conciliação prévia, termos de ajustamento de conduta e demais experiências brasileiras). Negociação e Arbitragem. Justiça penal restaurativa. Juízes leigos e justiça comunitária. Experiências restaurativas na Defensoria Pública, núcleos de prática jurídica e advocacia popular.

## **28. NOVOS DIREITOS**

Transformação da sociedade na contemporaneidade: desafios da pós-modernidade. Repensando as dimensões dos direitos: cosmogonia dos direitos e imbricação jurídica. Integração global e novos riscos civilizacionais: diversidade cultural e etnodireito. Transculturalidade. Princípio da prevenção sob o enfoque ambiental e da saúde. Segurança alimentar e alimentação saudável. Sociedade de risco e evolução tecnológica. Biotecnologia e patrimônio genético: limites éticos. Nanotecnologia. Cidadania e informação na era digital: Cibercidadania e novos horizontes para a democracia. Consumo e informação. Dignidade humana na pós-modernidade: novos limites, novas tarefas.

## **29. PROCESSO E JURISDIÇÃO**

Tem por escopo o estudo crítico do Direito Processual em sua perspectiva de instrumento da Jurisdição, abrangendo um amplo objeto, desde os fundamentos filosóficos do processo jurisdicional até seus aspectos mais específicos e concretos no âmbito da dogmática jurídica.

## **30. PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Sistema Internacional de tutela da Propriedade Intelectual: OMPI e OMC. Propriedade Industrial. Proteção dos ativos intangíveis da empresa. Inovação e desenvolvimento tecnológico. Direito Autoral. liberdade de expressão, direito de livre acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Direito de Autor e multimídia. Direito de Autor e compartilhamento de arquivos em Rede. Função social da propriedade intelectual. Os desafios do direito da propriedade intelectual face a Revolução da Tecnologia da informação e a busca do equilíbrio entre interesses públicos e privados.

## **31. RELAÇÕES PRIVADAS E DEMOCRACIA**

Individualismo, solidarismo e coletivismo nas relações privadas. Direito civil constitucional. Dignidade pessoal. Direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade. Segurança jurídica nas relações privadas. Democracia e intervenção do Estado nas relações privadas. Função econômica dos direitos civis. Análise econômica do ato e do negócio jurídico. Função social dos direitos civis. Análise jurídico-social das famílias. Análise jurídico-social da sucessão. Função social da posse e da propriedade. Função social do contrato. Função social da responsabilidade civil. Socialização dos riscos. Perspectivas das relações privadas na sociedade industrial e na sociedade da informação.

## **32. SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA**

Disciplinas jurídicas dogmáticas e zetéticas. O direito como fato (social): como fato (sócio-cultural). A concepção filosófica sobre o ser humano (antropologia) como base para compreensão do social. Antropologias ontológicas e linguagem como meio para apreensão dos objetos. Antropologias retóricas e linguagem como único ambiente social. A sociologia do direito dos juristas e dos sociólogos. Sociologia e dogmática jurídica.

Temas a serem abordados no ensino e na pesquisa da antropologia jurídica no Brasil.

A Antropologia Jurídica dos juristas e a dos antropólogos.

Antropologia jurídica, antropologia do direito ou direito antropológico?